

Olhar para o lado

O aumento da população humana na Terra criou um desequilíbrio ecológico difícil de resolver. À medida que aumenta a pressão sobre os recursos existentes, crescem também os problemas relacionados com a sua repartição, não só entre povos, mas também entre a Humanidade e os outros condóminos do Planeta. E se, ao longo de milénios, a batalha pelos recursos naturais se resumiu praticamente a uma questão territorial, as enormes transformações tecnológicas verificadas no último século trouxeram para primeiro plano uma frente de batalha menos convencional: a disputa pela utilização de recursos globais. Não sendo fácil exercer soberania sobre, por exemplo, a Atmosfera ou os Oceanos, torna-se no entanto necessário disciplinar o seu uso, por forma a travar a degradação contínua das condições de habitabilidade do Planeta. Essa disciplina pode ser introduzida, por exemplo, com o recurso a quotas de poluição ou a impostos moderadores, mas para ser eficaz tem de ser aplicada à escala mundial, o que naturalmente passa pelo entendimento entre todas as partes.

O problema é que tal entendimento não é fácil de conseguir. Na medida em que, do acesso aos recursos comuns dependem as perspectivas de crescimento das economias nacionais, o resultado da negociação tem fortes efeitos redistributivos. Essa constatação conduz-nos, aliás, a uma questão fundamental: deverão as metas ser estipuladas com base nos consumos actuais ou em consumos potenciais? No caso do dióxido de carbono, por exemplo, deverá caber aos EUA a quota maior simplesmente por serem hoje o maior poluidor mundial? Nesse caso, o que dizer aos chineses, cujo progresso económico alimenta a expectativa de virem a trocar as suas velhas bicicletas por modernos automóveis? Que chegaram tarde e este momento não é oportuno? Ou dever-se-á, em alternativa, atender à dimensão das populações? Mas nesse caso, estariam os cidadãos dos países desenvolvidos dispostos a usar mais os transportes públicos e a ver as suas indústrias migrar para países que não cuidaram do seu problema populacional? Que incentivos estariam associados a um critério como esse?

Certamente, essa discussão não é simples e as dificuldades são tanto maiores quanto é certo que uma negociação envolvendo 190 países não é propriamente um Tratado de Tordesilhas. Mesmo quando se chega a uma fórmula aceite por todos, há dificuldades na implementação. Isto porque cada país individualmente tem um forte

incentivo em furar o acordo. Ao fazê-lo, torna-se uma espécie de Ilhas Caimão em versão ambiental, absorvendo investimentos do resto do Mundo e devolvendo poluição. O problema não será tão grave quando o violador é um país pequeno, pois contra esse é fácil arranjar sanções. Mas no caso de Quioto, foram só os EUA quem resolveu sair, antes mesmo de entrar...

Por tudo isto, só faz sentido acordar o que quer que seja se existir um quadro institucional capaz de zelar pelo cumprimento das metas estabelecidas. Esse quadro tem de incluir um mecanismo de monitorização e de prever sanções para os prevaricadores. Uma solução possível será a criação de uma super Organização Mundial do Ambiente, apoiada na vertente disciplinar por um Tribunal Internacional para Crimes Ambientais e na vertente operacional pela Organização Mundial do Comércio. Infelizmente, em Joanesburgo não se conseguiu tal avanço.

Entretanto, é fundamental sensibilizar a opinião pública. Quer enquanto consumidor, quer enquanto eleitor, cada indivíduo tem um papel na determinação da trajectória global. É nessa perspectiva que se enquadra a iniciativa europeia do Dia Sem Carros. Em Portugal, infelizmente, há dirigentes políticos que em lugar de aderir ao evento com entusiasmo, menosprezam-no com declarações saloias. A atitude dos presidentes das duas maiores câmaras municipais do país relativamente ao Dia Sem Carros ilustra bem a clivagem que existe entre uma opinião pública cada vez mais empenhada em defender a qualidade de vida das gerações futuras e uma classe dirigente míope, comprometida com objectivos de natureza política, tipicamente demasiado imediatos para incorporar preocupações de natureza global. Lamentável é também o facto de o partido político que os alberga não se ter demarcado prontamente da atitude. Não o fazendo, alimenta receios de que, com a actual maioria, o prato da balança esteja a pender para o lado errado.

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro, 23-9-2